Armadas, ficando exonerada do anterior lugar a partir dessa mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — O Chefe da Secretaria, *Fernando José do Carmo Damil*, tenente-coronel SGE.

MARINHA

Direcção-Geral da Autoridade Marítima

Instituto de Socorros a Náufragos

Aviso n.º 2590/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Autoridade Marítima de 17 de Fevereiro de 2005, torna-se público que a constituição do júri do concurso externo de ingresso na categoria de operário da carreira de operário qualificado, carpinteiro, do quadro do pessoal civil do Instituto de Socorros a Náufragos, aberto pelo aviso n.º 11 608/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 13 de Dezembro de 2004, passa a ser a seguinte:

Presidente — CFR EMQ RES Luís Miguel Valente Dias Guerreiro.

Vogais efectivos:

- 1.º SCH MQ Joaquim Jerónimo Aniceto Narciso.
- 2.º Operário principal marceneiro Jorge Alberto Alves Varela.

Vogais suplentes:

- 1.º SAR MQ Francisco de Nazaré Varela Massa.

22 de Fevereiro de 2005. — O Director, *António Manuel Tavares da Cruz Meyrelles*, CMG M RES.

Aviso n.º 2591/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Autoridade Marítima de 17 de Fevereiro de 2005, torna-se público que a constituição do júri do concurso externo de ingresso na categoria de operário da carreira de operário qualificado, serralheiro, do quadro do pessoal civil do Instituto de Socorros a Náufragos, aberto pelo aviso n.º 11 609/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 13 de Dezembro de 2004, passa a ser a seguinte:

Presidente — CFR EMQ RES Luís Miguel Valente Dias Guerreiro.

Vogais efectivos:

- 1.º SCH MQ Joaquim Jerónimo Aniceto Narciso.
- 2.º Operário principal serralheiro mecânico Carlos Alberto Oliveira Santos.

Vogais suplentes:

- 1.º SAR MQ Francisco de Nazaré Varela Massa.

22 de Fevereiro de 2005. — O Director, *António Manuel Tavares da Cruz Meyrelles*, CMG M RES.

Aviso n.º 2592/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral da Autoridade Marítima de 17 de Fevereiro de 2005, torna-se público que a constituição do júri do concurso externo de ingresso na categoria de motorista de embarcações salva-vidas, do quadro do pessoal civil do Instituto de Socorros a Náufragos, aberto pelo aviso n.º 11 610/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 13 de Dezembro de 2004, passa a ser a seguinte:

Presidente — CFR EMQ RES Luís Miguel Valente Dias Guerreiro.

Vogais efectivos:

- 1.º SCH MQ Joaquim Jerónimo Aniceto Narciso.
- 2.º Motorista principal de embarcação S/V, Edmundo José Dias Rogeiro.

Vogais suplentes:

- 1.º SAR MQ Francisco de Nazaré Varela Massa.

28 de Fevereiro de 2005. — O Director, *António Manuel Tavares da Cruz Meyrelles*, CMG M RES.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Cívís

Despacho (extracto) n.º 5513/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Fevereiro de 2005 do contra-almirante director do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal:

Alexandre Telmo de Magalhães Correia, Rui Miguel Olaio de Palma, Jaime Maia Gomes, Hugo Alexandre Cortes Ferreira, Valter Ricardo de Jesus Ferreira e José António Faustino Janeiro — nomeados provisoriamente, por um ano, nos lugares de guardas auxiliares da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha, do quadro do pessoal militarizado da Marinha. Estas nomeações converter-se-ão automaticamente em definitivas após o período probatório, se os referidos militarizados revelarem aptidão para o desempenho das suas funções. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Fevereiro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e guerra.

Despacho (extracto) n.º 5514/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Janeiro de 2005 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada:

Simone Maria Piedade Lopes — contratada em regime de contrato individual de trabalho, a termo resolutivo, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2005 para executar trabalhos correspondentes ao conteúdo funcional da carreira de assistente administrativo no Departamento Marítimo dos Açores, mediante a remuneração mensal de € 631,15, correspondente ao escalão 1, índice 199, da categoria de assistente administrativo.

28 de Fevereiro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e guerra.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 293/2005 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelas Portarias n.ºs 1108/2000, de 27 de Novembro, e 743/2004, de 30 de Junho, exonerar o sargento-ajudante MMT (026003-H) Vítor Manuel Nunes Simões do cargo de amanuense/arquivista do Gabinete Conjunto do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Madrid, Reino de Espanha, cargo para o qual foi nomeado pela portaria n.º 1117/2001 (2.ª série), de 12 de Junho, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 28 de Junho de 2001.

A presente portaria produz efeitos desde 1 de Outubro de 2004. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Henrique José Praia da Rocha de Freitas*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Portaria n.º 294/2005 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelas Portarias n.ºs 1108/2000, de 27 de Novembro, e 743/2004, de 30 de Junho, exonerar o coronel de cavalaria (03120075) Vítor Manuel Nunes dos Santos do cargo de adido de defesa junto da Embaixada de Portugal em Paris, República Francesa, e idênticas funções em Bruxelas, Reino da Bélgica, e no Luxemburgo, Grã-Du-

cado do Luxemburgo, cargo para o qual foi nomeado pela Portaria n.º 1036/2002 (2.ª série), de 25 de Junho, dos Ministros de Estado e da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 9 de Julho de 2002.

A presente portaria produz efeitos desde 1 de Fevereiro de 2005. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Henrique José Praia da Rocha de Freitas*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Despacho n.º 5515/2005 (2.ª série). — Decorridos seis anos sobre a publicação do despacho que fixou os parâmetros de selecção dos sujeitos passivos a inspecionar pela Direcção de Serviços de Prevenção e Inspeção Tributária, importa, face às alterações ocorridas no tecido empresarial português, nomeadamente com o aparecimento de novos grupos económicos e de novos ramos de negócio e formas societárias, rever o universo de contribuintes que, pela sua natureza, devam ser inspecionados por unidades orgânicas dotadas dos meios e das competências que melhor realizem os objectivos da DGCI no domínio da prevenção e da inspeção tributárias.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro das Finanças e da Administração Pública e de acordo com o disposto na alínea *a)* do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro, determino o seguinte:

1 — A Direcção de Serviços de Prevenção e Inspeção Tributária desenvolve as suas competências junto dos sujeitos passivos seguintes:

- Entidades sob a supervisão de ou registadas no Banco de Portugal, no Instituto de Seguros de Portugal ou na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Entidades associadas da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, clubes ou sociedades desportivas que participem há mais de cinco anos consecutivos no campeonato nacional da 1.ª divisão, actualmente denominado «Super Liga»;
- As pessoas colectivas com um volume de negócios superior ao montante a definir por despacho do director-geral dos Impostos;
- Grupos de sociedades abrangidos pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, nos termos do artigo 63.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas;
- Empresas cujo objecto social, actividade desenvolvida, máxima de carácter transnacional, ou operações económicas realizadas

exijam o recurso a metodologias de inspecção de especial complexidade, mediante despacho do director-geral dos Impostos.

2 — As entidades referidas nas alíneas *a)* e *b)* do número anterior são, designadamente, as sociedades que constam da lista publicada pelo Banco de Portugal, da circular do Instituto de Seguros de Portugal, as sociedades gestoras de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários ou entidades de gestão das bolsas, as sociedades desportivas e os clubes, a concretizar por despacho do director-geral dos Impostos se for caso disso.

3 — As empresas referidas nas alíneas *b)*, *c)* e *e)* são identificadas em relação alfabética a publicar no *Diário da República*.

4 — Para os efeitos do disposto na alínea *e)* do n.º 1, uma das sociedades do grupo, dominante ou dominada, deve estar nas condições definidas numa das alíneas *a)* a *d)* do n.º 1, sem prejuízo da competência de outros serviços da DGCI, relativamente às sociedades que individualmente não reúnam estas condições.

5 — A relação a que se refere o n.º 3 tem uma vigência de quatro anos, podendo, por despacho do director-geral dos Impostos, ser anualmente acrescida dos sujeitos passivos que passem a preencher os correspondentes requisitos.

6 — Podem ainda ser incluídas no âmbito das competências da DSPIT, mediante despacho do director-geral dos Impostos, entidades não abrangidas pelas alíneas anteriores que designadamente apresentem elevados montantes globais de impostos pagos, elevados valores de imposto em fase executiva, pedidos de reembolsos de valor elevado ou em situação de crédito de imposto, de valor elevado, sem pedido de reembolso.

7 — O presente despacho aplica-se ao exercício de 2004 e aos seguintes.

2 de Março de 2005. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Orlando Pinguinha Caliço*.

Secretaria-Geral

Declaração n.º 59/2005 (2.ª série). — Dado ter sido publicada incorrectamente no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 16 de Outubro de 2004, a p. 15 246, a Portaria n.º 1105/2004 (2.ª série), declara-se que tal publicação deverá ser considerada sem efeito.

3 de Março de 2005. — O Secretário-Geral, *João Inácio Simões de Almeida*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 2593/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, torna-se pública a lista de funcionários e agentes que se encontram afectos à Direcção-Geral da Administração Pública em situações de inactividade:

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho de residência
Amílcar Eliseu Rato Silva Roberto.	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Farmacêuticas.	Ciências Farmacêuticas	Loures.
João Manuel Verdasca da Rocha Pinto.	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em História ...	História	Oeiras.
José Filipe Madeira Marques ...	Técnico superior principal	Licenciatura em Finanças	Finanças	Lisboa.
Luís Ernesto Macias Melo Magalhães.	Professor auxiliar	Licenciatura em Engenharia Civil.	Docente	Aveiro.
Luís Nobre Chandelier Duarte (a).	Técnico superior de 2.ª classe.	Licenciatura em Direito ...	Direito	Lisboa.
Margarida Maria Oliveira S. M. Páramos Merino.	Técnico especialista (técnico diagnóstico terapêutica).	12 anos escolaridade	Terapia Ocupacional	Lisboa.
Maria Henriqueta Belga Ribeiro Soares.	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas.	Ciências Sociais e Políticas.	Cascais.
Maria de Nazareth Sousa Rocha	Técnico superior principal	Licenciatura em Ciências Sociais.	Serviço social	Porto.

(a) Pessoal abrangido pelo Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril.

4 de Março de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Ermelinda Carrachás*.